

Fausto SARETTA¹

ORMEROD, Paul. *A morte da economia*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

À primeira vista, o título deste livro poderia sugerir aos interessados em economia, economistas ou não, um sentimento de repulsa ou desânimo. Afinal, como se interessar por um assunto que, a par das suas dificuldades naturais, como é o entendimento das cada vez mais complexas questões econômicas, apresenta-se, como sugere o título do livro, morto? Entretanto, quem se dispuser a enfrentar suas quase 260 páginas ficará satisfeito com o resultado final, já que, a despeito do enunciado, a economia como ciência encontra-se viva, estando morta, porém, a sua forma tradicional, isto é, a teoria econômica que busca entender o mundo por meio do equilíbrio e do comportamento racional dos agentes econômicos.

Não é um livro escrito para ser um sucesso editorial. Na verdade, para que se possa desfrutar a sofisticação que emana das críticas nele contidas, é preciso ter um bom conhecimento de teoria econômica e de matemática. Isto é condizente ao *curriculum* do autor, que estudou economia nas prestigiosas universidades inglesas de Oxford e Cambridge e, não menos importante, foi responsável pelo setor de

1 Departamento de Economia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP.

análise econômica da revista *The Economist*, além de ter ocupado importantes cargos na administração pública da Inglaterra. Por certo, a trajetória profissional do autor é um qualificativo a mais para se considerar a qualidade do livro, uma vez que a familiaridade com o tema evita uma visão das questões econômicas que se poderia considerar impressionista. Ademais, como estas questões vêm ganhando cada vez mais espaço na mídia, há uma relativa perda de substância no debate econômico contemporâneo, o que absolutamente não é o caso da obra aqui considerada.

Composto de duas partes, o livro em sete capítulos desvela inicialmente a situação da teoria econômica atual e o faz dentro de uma perspectiva que aponta a fragilidade das bases em que se assenta presentemente. O rigor desta crítica não é nenhuma novidade, pois não é de hoje que se discute a irrealidade dos pressupostos em que se fundam as principais hipóteses para as formulações econômicas. O que desperta maior interesse nas críticas feitas por Ormerod é que ele as faz utilizando-se de exemplos concretos que reforçam sua tese (e que não é apenas dele), qual seja, o caráter irrealista da teoria econômica. Assim, pergunta como é possível explicar a existência de altas taxas de desemprego na Europa a partir das formulações mecanicistas e idealizadas da atual teoria econômica.

Ao se referir ao atual estado de desenvolvimento da economia, como não poderia deixar de ser, observa a crescente sofisticação que vão ganhando os modelos, que crescentemente se valem da matemática para sua confecção, mas que nem por isto diminuem sua pouca aplicabilidade ou, para ser mais claro, sua irrelevância para a explicação da realidade. Não faltam exemplos que demonstram este que seria para o autor um dos maiores pecados da teoria econômica, a natureza tautológica das principais leis que, segundo a teoria ortodoxa, regulariam o funcionamento da economia. Da simples lei da oferta e da procura até os modelos que se utilizam de conceitos e instrumentos matemáticos mais elaborados, haveria uma forte dose de irrealidade – o que significaria, na prática, a própria inutilidade da teoria econômica para a resolução dos problemas práticos.

Várias seriam as razões responsáveis pela crescente insuficiência da teoria econômica na explicação da realidade. Esta questão não é nova para quem acompanha a evolução da história do pensamento econômico recente, ou seja, de como o pensamento ortodoxo trouxe para si, no mais das vezes reformulando e alterando, as idéias que desafiavam o mundo bem-comportado da economia neoclássica, na qual há tendência para o equilíbrio, para o pleno emprego com agen-

tes, empresas e famílias, atuando sempre racionalmente na busca da maximização de lucro e de utilidade.

Para não citar aqui os vários autores e suas respectivas tradições teóricas, bastaria lembrar do mais importante deles, *lord* Keynes, que, pode-se dizer, teve sua obra desfigurada pelo pensamento ortodoxo. O autor aponta para a premente necessidade da economia de voltar-se para os clássicos, para os primeiros que forjaram as formulações que deram origem ao que hoje se conhece como a moderna teoria. Esse resgate deve ser feito pela razão, que aparentemente seria paradoxal, de modernizar a teoria para que ela possa se adequar aos crescentes desafios que se colocam diante de si. Assim, é preciso considerar a herança de Adam Smith e de David Ricardo para se fazer frente a esses desafios que o acentuado processo de crescimento econômico impõe ao próprio desenvolvimento da teoria econômica.

As razões que imporiam essa retomada da tradição clássica estariam na necessidade de reincorporar na teoria, bem como no debate econômico, os aspectos caros a essa tradição, e que são aqueles relativos às instituições e à sociedade, portanto para além das questões do cálculo de natureza econômica. A consideração desse aspecto é fundamental para o entendimento do alcance que tem a obra, e serve para que se introduzam ao longo do trabalho, entre outras, as questões relativas à ecologia. Levando em conta os aspectos do meio ambiente no cálculo econômico, mais precisamente nas medidas de produto, renda e custos, a economia e os economistas deparar-se-ão com questões não cotejadas pelas formas tradicionais de mensuração da atividade econômica.

Ora, a devida incorporação desses “outros custos” por certo implicaria pensar não no homem econômico racional, mas na sociedade. Em outras palavras, há que se levar em conta não o comportamento individualista, mas a totalidade social, e esta não pode ser considerada como meramente o somatório dos agentes econômicos e do seu comportamento racional maximizador. Indivíduos sistematicamente apurando seus custos e suas vantagens não era exatamente o que propunha Adam Smith, hoje tomado como o pai do livre mercado. Se atualmente é impossível a desconsideração do que sem muita precisão chamar-se-iam custos ambientais, há que se pensar adiante, e mais complexamente, no que hoje os economistas insistem em considerar como expressão da realidade econômica.

A proposta que permeia todo o livro é uma crítica radical ao atual estado da teoria econômica. As análises feitas, valendo-se dessa perspectiva, retomam questões atinentes à própria história do pensamento

econômico, o que mais uma vez leva aos clássicos e, mais importante, à demonstração de como, ao se afastar de suas raízes, a economia perdeu poder explicativo da realidade. Há quem diga que o crescimento da Economia Política como disciplina no corpo das Ciências Sociais deu-se, justamente, pela possibilidade de quantificação dos eventos e acontecimentos sociais. Dessa forma, a incorporação da matemática e da estatística, aquilo que hoje em dia se chama métodos quantitativos, possibilitou um avanço considerável no poder explicativo da economia. Porém, a intensificação do uso da matemática levou, e isto não é novidade para os economistas, a que o instrumento analítico se tornasse mais importante que o próprio objeto de estudo.

A pretensão científica que o uso da matemática legou para o estudo dos problemas econômicos transformou-a em senhora quando deveria ser serva, observa o autor. Convém lembrar aqui a recente declaração de Delfim Netto de que a economia hoje seria uma filha bastarda da matemática. O uso abusivo dos métodos quantitativos em artigos de renomadas revistas e publicações especializadas permite a Paul Ormerod, além das críticas às irrelevâncias presentes em artigos como "Implementação em economias com um *continuum* de agentes", ironizar o suposto caráter científico que teriam tais trabalhos. Ora, *continuum*, bem observa, "significa que o número de pessoas, quer enquanto indivíduos, quer enquanto empresas, negociando nessa economia teórica, não é apenas grande, mas quase infinito". Dessa forma, a expressão "poderia levar as pessoas a questionarem o realismo de qualquer ensaio acadêmico baseado nestes pressupostos, ou até a começarem a se perguntar se teria valido, em primeiro lugar, a pena escrevê-lo".

Não há, por parte do autor, nenhuma restrição à matemática. Seria de fato uma tolice desconsiderar o avanço que o uso dos instrumentos matemáticos trouxe para o conhecimento científico. Em Economia, as obras de Walras e Jevons são por demais expressivas. Porém, parece ter havido um desvio na utilização desse legado tão produtivo, ainda mais quando a esses autores foi adicionado Adam Smith, dando curso e sentido àquilo que ficou conhecido como a Revolução Marginalista, de inegável sucesso pelo menos como visão dominante no campo da teoria econômica. Sem dúvida, este sucesso está relacionado a três pontos que estão fortemente relacionados, quais sejam, a crença na superioridade do livre mercado, a idéia permanente do equilíbrio e da harmonia e, finalmente, em decorrência do uso da matemática, a superioridade de uma construção intelectual muito mais lógica e precisa.

Seria ocioso nestas poucas linhas traçar e relembrar a pequena herança desta apregoada revolução com Adam Smith e sua preocupação permanente com o quadro institucional. Como muito bem lembra Ormerod, o quadro institucional não é passível de matematização. De outra parte, como aceitar válidas as prescrições marginalistas, entre tantas, a do retorno decrescente, do tamanho ótimo das empresas, do lucro normal, quando uma rapidíssima passada de olhos na história das empresas no presente século desautoriza completa e definitivamente tal forma de encarar a economia? Ademais, como aceitar válida a teoria do equilíbrio competitivo para países e economias tão distintos como o Japão, a Alemanha e mesmo o Brasil?

Por certo seria enfadonho listar aqui os aspectos da realidade que desafiam a construção neoclássica. Porém, deve-se forçosamente considerar, além das questões do domínio especificamente acadêmico – embora nesta instância vozes das mais autorizadas como Partha Dasgupta e nada menos que Johannes von Neumann tenham desafiado a validade dos pressupostos do equilíbrio geral –, a influência da construção neoclássica para a formulação de política econômica. Não obstante as críticas de autores dos mais proeminentes quanto à irrealidade do modelo de equilíbrio competitivo, este ainda tem um papel decisivo para a política econômica.

A concepção neoclássica ou marginalista, ao entender o mundo funcionando como uma máquina, leva a que se formulem modelos macroeconômicos que consideram a realidade também mecanicamente e têm importância na feitura da política econômica. O autor também não poupa ou considera menos mecanicistas os economistas da tradição keynesiana que, por razões diferentes, teriam o mesmo vezo mecanicista quando constroem os famigerados modelos macroeconômicos. Para Ormerod, entretanto, as diferenças entre as concepções são importantes, pois repercutem decisivamente na formulação e mesmo no alcance da política econômica, já que os nexos que estabelecem entre as variáveis importantes na economia é que determinam os resultados da ação da política econômica.

Para explicar seu entendimento desta questão, o autor exemplifica a partir da sinalização ferroviária, na qual a escolha das conexões levaria o trem para um destino ou para outro. Os nexos, a relação entre as variáveis seriam essas conexões que levariam – no caso, a economia – para diferentes resultados. Vale destacar que sobre este ponto, ou seja, sobre os modelos macroeconômicos, Paul Ormerod fala de cátedra, dada sua experiência profissional como pesquisador do National Institute of Economic and Social Research, importante órgão de pre-

visão econômica britânico. As críticas que faz aos modelos são, no mínimo, pertinentes, pois demonstram como as previsões econômicas mais acertadas foram feitas, simplesmente, com a utilização da aritmética, sem que a sofisticação matemática da maior parte dos modelos de então tivesse qualquer valia. Talvez por isto mesmo, o autor sintasse à vontade para desancar a capacidade dos modelos macroeconômicos de preverem adequadamente o quadro da economia mundial. Cita apenas dois exemplos: a recessão japonesa do começo da década de 1990 e a recuperação e o crescimento da economia norte-americana no mesmo período. Fiel a seu estilo de arguto crítico do estado atual da teoria econômica, Ormerod conclui, com certo sarcasmo, que tais fracassos seriam de fato esperados, posto que tais modelos, apesar de seus formuladores gabarem-se de incorporar os últimos desenvolvimentos teóricos para sua confecção, na verdade incorporavam desenvolvimentos teóricos de poder explicativo duvidoso, tais como, por exemplo, as “expectativas racionais”.

Na segunda parte de seu trabalho, intitulada “Rumo ao futuro da teoria econômica”, há uma proposta de repensar importantes aspectos da teoria para melhorar o seu papel como explicadora da realidade concreta da vida econômica. As críticas devastadoras feitas implacavelmente ao longo da primeira parte do trabalho poderiam suscitar um certo desânimo, por parte dos economistas e demais interessados, com a precariedade da Economia. Mas esta segunda parte propõe, a partir do que foi escrito ao longo da primeira, repensar a teoria econômica ou mesmo – como estabelece o autor – colocá-la numa perspectiva de futuro em que seja possível utilizá-la na explicação e solução de um dos mais graves problemas econômicos contemporâneos, qual seja, o desemprego.

A discussão encetada pelo livro torna-se, nesta parte, bem mais específica e especializada, uma vez que discute questões atinentes à política econômica e seus percalços. Como já se observou, para o autor, boa parte das dificuldades da política econômica está em não reconhecer que a base de sua formulação está escudada na ortodoxia, que por sua vez se apóia na teoria marginalista e seu falso senso de universalidade. Começa apontando a curva de Phillips, que originalmente tratava da relação entre taxa de salário nominal e desemprego, da relação inversa que existiria entre essas duas taxas, ou, nas palavras do autor, “quando o desemprego aumentava o ritmo de crescimento dos salários nominais diminuía e vice-versa”. Como se sabe, a literatura econômica mais recente incorporou a curva com o intuito de servir de base para formulações de política econômica, embora para isto

se alterassem importantes fundamentos que estavam na base de sua construção.

Ora, a relação de desemprego e inflação, ou, melhor dizendo, a especificação de um vínculo entre nível de preços e nível de emprego, sem dúvida, é da maior relevância para a condução e implementação de políticas econômicas. Desta forma, se fosse possível diminuir o nível do primeiro por um aumento dos níveis do segundo, este seria sem dúvida um poderoso instrumento de ação para a política econômica. Houve um desdobramento importante com a utilização da curva para, com a devida modificação de seu escopo, concluir-se – como fizeram por diferentes caminhos economistas laureados como Friedman e Lucas – que existiria dentro do sistema uma taxa natural de desemprego que não provocaria inflação; vale dizer, não havendo políticas governamentais de gastos, é possível ter um desemprego relativamente baixo. A conclusão obrigatória que se deriva é que seria tão menor o desemprego quanto menores fossem as regulamentações estatais no mercado de trabalho.

A forte preocupação do autor com relação à questão do desemprego é o motivo pelo qual tece longas, e no geral pertinentes, observações e críticas à curva de Phillips e à sua modificação, quando se introduziram na sua hipótese os conceitos neoclássicos. Mais relevante ainda é considerar a realidade que mostrava nove milhões de desempregados na Europa em meados de 1993, ano em que foi escrito o livro, e tentar explicar tão alto índice de desocupação com conceitos claramente inválidos como o de desemprego friccional. Pouco útil seria tecer considerações tais como a de que a desregulamentação dos mercados de trabalho seria o suficiente para amenizar cifras tão dramáticas. Ora, analisa Paul Ormerod, como tratar questão tão problemática e socialmente desafiadora com os instrumentos da teoria convencional? Ademais, observa, não há por que crer que a própria curva de Phillips tenha sempre um mesmo padrão, ou mesmo que demonstre em todas as circunstâncias e situações a relação inversa entre desemprego e inflação.

Neste ponto do trabalho a discussão torna-se mais específica e localizada em torno de uma busca para que a Economia se desenvolva convenientemente e possa responder aos desafios que se apresentam. A imagem proposta para que a teoria econômica possa responder a tal necessidade é romper com a perversa tradição de linearidade constante dos modelos econômicos, e considerar a Economia como um organismo vivo, portanto mais propenso às incertezas e à consideração de aspectos dinâmicos. É preciso então relegar a segundo plano a previsibilidade e o entendimento dos fenômenos econômicos como

providos de regularidade, características que implicam considerar a Economia como uma verdadeira máquina de funcionamento previsível e regular.

Como já anotado antes, a discussão nesta segunda parte do trabalho se torna mais especializada e obriga o leitor a um certo conhecimento de matemática, para que possa acompanhar o percurso da crítica que faz tanto da teoria como da política econômica. Para analisar adequadamente a relação emprego e inflação o autor constrói um diagrama de dispersão colocando no eixo horizontal a taxa de desemprego do ano anterior e, na ordenada, a inflação no ano corrente para os Estados Unidos no período 1953-1992. A idéia que move o autor, já declarada ao longo do livro, é demonstrar que não existem correlações automáticas e principalmente permanentes entre as variáveis ao longo do tempo. O que resulta, portanto, desta constatação empiricamente demonstrada é que não se pode pensar em políticas econômicas que partam da crença de que qualquer relação estabelecida entre duas variáveis permaneça ao longo do tempo.

A demonstração feita contra as certezas que o vezo mecanicista da teoria econômica legou para o entendimento dos problemas econômicos permite a incorporação de dados das principais economias européias e, mais do que isto, a demonstração da insuficiência que os modelos lineares, tão ao gosto da teoria ortodoxa, têm para explicar as complexas relações e situações específicas das diversas economias dos diferentes países. O que se revela interessante é que as contidas mas devastadoras críticas do autor não ficam apenas na constatação da fragilidade intrínseca do instrumental da teoria econômica convencional na explicação da realidade, pois se propõe à construção de modelo ou modelos que busquem, antes de tudo, ser relevantes na explicação dos fenômenos econômicos. Há que se romper com as certezas – frágeis – dos modelos atuais e fazer um esforço não desprezível de incorporar fatores institucionais na explicação da realidade econômica.

Em um feliz exemplo do que constitui um bom modelo, o autor usa o mapa-múndi, que seria a forma ideal de representar a realidade, uma vez que, omitindo os detalhes secundários, se aproximaria do essencial para descrever o que de fato importa. A partir disto Ormerod busca construir um modelo “que seja capaz de explicar as características essenciais observadas nas flutuações de desemprego [e] fornece[r] uma base com a qual podemos tratar dos preceitos correntes da economia ortodoxa relativos ao desemprego [e] como desenvolver idéias sobre as políticas mais adequadas para reduzi-lo”. Desde logo, portanto, conclui pela inexistência de qualquer padrão definido permanente

e que não há o que garanta que as mesmas relações existentes no curto prazo se mantenham igualmente no longo. Assim, não se garante uma relação positiva entre crescimento econômico e redução do desemprego.

Sem dúvida, este é um dos pontos altos do livro. Ao observar as séries de dados sobre emprego da Grã-Bretanha em um período de mais de um século – 1855-1993 –, observa cinco padrões de comportamento da série que apresentam alguma homogeneidade. Mais interessante, entretanto, é observar como uma longa série temporal como esta permite entender questões contemporâneas a exemplo daquela que mostra altas taxas de desemprego em tempos de desregulamentação do mercado de trabalho, como na Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra. Ao propor a construção que consiga apreender a realidade contida nos dados e seja capaz, portanto, de explicar de maneira convincente a relação de crescimento e desemprego, é preciso esquecer a linearidade bem-comportada da modelagem neoclássica, e a irrealidade de se pensar em agentes atuando de forma racional, e partir para sistemas não-lineares que não assumam inicialmente hipóteses de como o mundo *deveria* funcionar.

A proposta é pensar em modelos que explicam a realidade econômica. Para tanto, há que se considerar a impossibilidade de gerar previsões de longo prazo, e aqui a chamada teoria do caos desempenha papel importante. É claro que isto merece uma explicação mais detalhada: a teoria do caos é descrita de maneira simplificada como “o bater de asas da borboleta nas florestas tropicais de Bornéu ou da América do Sul ou em Londres mesmo pode, em princípio, criar mudanças importantes nos padrões climáticos do mundo inteiro”. Outro exemplo dado é o de aviões rigorosamente iguais partindo de um mesmo aeroporto com pequena diferença de horário, podendo, cada um deles, ter um destino completamente diferente, a partir de uma discreta alteração climática, como, por exemplo, uma leve brisa entre as duas decolagens. A pergunta que naturalmente emerge disso tudo é o que teria a ver a teoria do caos com um modelo que procure explicar o desemprego.

Há que se valer das palavras do autor para esclarecer corretamente a questão: “o comportamento do desemprego no que diz respeito à regularidade e à magnitude de suas flutuações, quando se fixa num padrão estável, parece depender de condições que existem no momento em que esses padrões são estabelecidos”. A discussão neste ponto é bastante específica, já que discute a superioridade dos dados gerados por sistemas caóticos diante daqueles gerados por sistemas

aleatórios, uma vez que os primeiros seriam mais adequados à formulação de modelos matemáticos. Há também a demonstração da superioridade dos sistemas caóticos quando aplicados a outros campos da ciência, como na Biologia. Da mesma forma, são citados vários casos e situações em que se depara claramente com a necessidade de abordagens não-convencionais, ou, mais precisamente, não-lineares, para sua adequada explicação.

O esforço do autor, claro ao longo do livro, é de trazer para o estudo da Economia e para as formulações de modelos os aspectos institucionais, o lado da sociedade, "tarefa que Adam Smith teria aprovado entusiasticamente". Desta forma, a incorporação do contexto social e cultural obrigatoriamente significaria a expansão do escopo da economia para a história e para os estudos do meio ambiente com marcantes ganhos para a evolução da própria Ciência Econômica. Para tanto, seria necessário utilizar-se, cada vez mais, da teoria do caos para, rompendo o convencionalismo, permitir o necessário progresso da economia, e o que é mais importante, para a formulação de políticas econômicas que ofereçam resultados mais consistentes.

Para o autor, resultados mais consistentes emergiriam do uso de modelos não-lineares e dos dados empíricos que demonstram a inexistência de uma relação fixa entre crescimento e emprego. Modelos que realmente dessem conta da complexa realidade econômica seriam mais simplificados, com um número menor de equações e que relacionassem lucros ao emprego, dentro da tradição da Economia Política. Aqui volta-se à utilização de instrumentos matemáticos desenvolvidos fora de âmbito do estudo da economia – o chamado sistema Lotka-Volterra, que junta contribuições da Química e da Biologia para explicitar a relação que julga conveniente na explicação do desemprego. Assim, para Ormerod, "[o sistema LV] é capaz de gerar os principais traços típicos observados nas variações do desemprego ao longo do tempo, isto é, ele apresenta uma tendência de estabelecer-se em flutuações estáveis; a magnitude e a forma dessas flutuações são sensíveis às condições das quais o sistema parte; e, depois de ser deslocado por um choque de trajetória de flutuações estáveis, o sistema LV gera um comportamento irregular, antes de estabelecer-se numa nova trajetória de ciclos regular e distinta de seu padrão anterior de regularidade".

Cabe perguntar como deve se servir a Economia de tal sistema para determinar adequadamente as variações do desemprego. A idéia é da junção do sistema LV com Keynes, ou seja, à medida que se ascende no ciclo, aumentariam as demandas salariais, os lucros começam a cair e haveria, via expectativas keynesianas, uma queda nos in-

vestimentos. Segundo se observa no livro, seriam estas as explicações mais acertadas para o desemprego na Europa no começo da década de 1990. A tentativa é propor um modelo que considere corretamente, dentro do ciclo, a relação de crescimento e emprego – sendo o crescimento determinado pelos lucros que não necessariamente seriam sempre aplicados numa proporção constante. Por outro lado, se é possível propor uma relação determinada entre crescimento e emprego no curto prazo, não há nada que autorize esta relação a longo prazo.

Assim, a taxa de lucro é essencial. Há que se considerar como esta taxa se relaciona com o crescimento para então proceder à construção dos nexos com o emprego. Desde logo, portanto, há que se abandonar as certezas quanto ao comportamento dos agentes como propõe a teoria neoclássica e render-se às evidências empíricas que os dados revelam. A despeito da familiaridade do autor com o tema dos modelos econômicos, tanto quanto em apontar falhas e defeitos como os que existem na construção de novos modelos que incorporam outros ramos do conhecimento, é notável, ao longo do livro, sua preocupação em resgatar a tradição da Economia Política, sobretudo naquilo que seus mais ilustres e influentes fundadores reputavam como a *atmosfera moral*, ou, em outras palavras, a sociedade. Assim, há que se reforçar a coesão social, que, embora seja de difícil definição, é real, como bem mostra a experiência histórica recente de alguns países que mantiveram o emprego em condições econômicas adversas.

A consideração de fatores institucionais, o conhecimento da história e das especificidades de cada momento histórico de cada país deverão, segundo o autor, contribuir para uma teoria econômica de melhor qualidade, sem a arrogância de propor a existência de leis gerais, como o faz o modelo de equilíbrio geral. A suposição do homem econômico racional e seu comportamento maximizador são incompatíveis com o funcionamento das economias modernas. Para que políticas de aumento do nível de emprego sejam possíveis, há que se formular modelos que rejeitem a economia ortodoxa, que avancem para além da linearidade neoclássica e, principalmente, como sempre nos lembrará Adam Smith, levem em conta que, antes de tudo, existe a sociedade.